Trabalho apresentado no 23° CBCENF

Título: DETERMINANTES ESTRUTURAIS DA SAÚDE: ACESSO AOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL POR GESTANTES

Relatoria: DANIELA DO CARMO OLIVEIRA MENDES

Autores: Juliana Cristina dos Santos Monteiro
Regina Célia Fiorati

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: TECNOLOGIA, PESQUISA, CUIDADO E CIDADANIA

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: Os determinantes estruturais da saúde se referem a mecanismos socioeconômicos e políticos geradores da estratificação social e das iniquidades em saúde. Nesse contexto é importante considerar as políticas públicas voltadas à educação, saúde e proteção social. Objetivo: Identificar o acesso aos mecanismos de proteção social por mulheres em acompanhamento pré-natal. Metodologia: Trata-se de um recorte de uma pesquisa de métodos mistos realizada com 63 mulheres adultas em acompanhamento pré-natal em Unidades Básica de Saúde do município Barra do Bugres, Mato Grosso, Brasil. Os dados foram coletados em março de 2021, por meio de um questionário sociodemográfico validado. Utilizou-se a análise estatística descritiva das variáveis. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, sob parecer nº 4.539.175. Resultados e discussão: São apresentados os resultados do acesso a serviços públicos e privados e a benefícios sociais. As gestantes apontaram, sobretudo, o acesso a serviços da rede pública de saúde (47,6%), possivelmente pela vivência do ciclo gravídico, além de outros serviços como o de assistência social e de organizações não governamentais (9,5%). Apenas 12,7% referiu o acesso a benefícios sociais, dentre estas foi unânime o Bolsa Família (com valores entre 40 a 250 reais de acordo com o número de crianças), o qual busca oferecer as famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Conclusão: Constatou-se que o acesso aos mecanismos de proteção social está fragilizado no contexto desta investigação. No cuidado em Enfermagem e saúde é importante reconhecer as vulnerabilidades sociais de gestantes e suas famílias, promovendo uma assistência mais integrada a rede de proteção social. Para além disso, se faz necessário o fortalecimento das políticas públicas destinadas ao bem-estar de indivíduos, grupos e populações.